

A insurgência estudantil paranaense no pensamento militar: uma análise da Operação Pente Fino no contexto ditatorial de 1968¹

Lucas Augusto Souza de Jesus², UNICENTRO

Paula Eloise dos Santos³, UNICENTRO

Resumo

Esse artigo visa apresentar uma análise documental da Operação Pente Fino, realizada na Delegacia Regional do Paraná e Santa Catarina, na cidade de Curitiba, cujo intuito foi prender as lideranças do Movimento Estudantil paranaense sob acusação de subversão, denotando o aumento da repressão policial às manifestações estudantis. Para essa análise nos valem do conceito de região, entendido como lugar de conflito e de relações de poder. A presença da repressão evidencia que a população paranaense não era exclusivamente “ordeira e conservadora” conforme a construção de sua imagem por parte do Estado.

Palavras-chave: Movimento Estudantil paranaense; Regime Militar; Repressão.

Abstract

This paper aims to present a documental analysis of the "Pente Fino" operation, carried out in Paraná and Santa Catarina Regional Police Station, in Curitiba city. This operation had a purpose to arrest the leaders of the Paraná Student Movement, accused of subversion, denoting the increase of the police repression in student protests. For this analysis, we use the concept of region, understood as a place of conflict and power relations. The presence of repression testifies that the population of Paraná was not exclusively “orderly and conservative”, according to the state's construction of its image.

Keywords: Paraná Student Movement; Military Regime; Repression.

Introdução

Inserido no contexto da Guerra Fria, a política brasileira enfrentava uma intensa crise político-social nos anos iniciais da década de 1960. Com a renúncia de Jânio Quadros, iniciou-se uma disputa pelo poder entre os grupos conservadores, contrários à posse do vice-presidente João Goulart, considerado pela burguesia e pelos militares como um político de esquerda, alinhado com os ideais comunistas. Por meio de um processo complexo, João

¹ O presente artigo foi desenvolvido através de uma pesquisa realizada na disciplina de História do Paraná, ministrada pela professora Me. Caroline Tecchio, no curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste. A partir das discussões, notamos como o movimento paranista, liderado por Romário Martins, construiu a ideia de que o Estado do Paraná era composto por uma sociedade harmônica, discurso ainda presente nos dias de hoje. Ao longo da pesquisa, percebemos que a região é marcada por diversos conflitos que se estendem até os dias atuais, como demonstra o livro *Paraná Insurgente: histórias e lutas sociais*, cuja historiografia desmente a ideia de que a região paranaense é ordeira.

² Graduando em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Campus Avançado de Coronel Vivida – PR e pesquisador bolsista CNPq de Iniciação Científica. (E-mail: lucassouza269705@gmail.com)

³ Graduanda em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Campus Avançado de Coronel Vivida – PR e pesquisadora voluntária de Iniciação Científica. (E-mail: paulaeloise.elo@gmail.com).

Goulart sofreu um golpe de Estado em 1964, articulado pela classe militar e pelas elites empresariais brasileiras, influenciadas pela política estadunidense, sob o pretexto de proteger o país da “ameaça vermelha”⁴.

Instaurado o Regime Militar em 1964, iniciou-se as perseguições às camadas da sociedade consideradas subversivas, por irem contra aos ideais repressivos e conservadores dos militares, como, por exemplo, professores e estudantes, ocasionando na ilegalidade da União Nacional dos Estudantes, que passou a atuar clandestinamente em todo o território nacional. No ano de 1968 as perseguições se intensificaram através da repressão institucionalizada e da promulgação do Ato Institucional nº 5. As lutas e movimentos de contestação se acirraram, não só no Brasil como em vários países latino-americanos.

No Paraná os professores foram afastados de suas cátedras e os alunos considerados subversivos foram afastados das aulas, principalmente na Universidade Federal do Paraná em Curitiba. No Rio de Janeiro, os policiais militares assassinaram o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, em maio de 1968, em um confronto com os estudantes no Restaurante Universitário Calabouço, o qual servia comida aos universitários e secundaristas que não tinham onde comer (MÜLLER, 2018, p. 5). Os estudantes protestavam por melhorias nas estruturas do restaurante quando foram repreendidos pelas forças policiais, “que consideravam o prédio um ponto de encontro de agitadores e estudantes organizados” (MÜLLER, 2018, p. 5). Durante o conflito, um policial revidou as pedras com um tiro que acertou o peito de Edson, um secundarista de 18 anos que viera do norte do Brasil e frequentava o restaurante devido à sua pobreza.

O assassinato de Edson Luiz revoltou ainda mais a sociedade contrária ao Regime, ocasionando em passeatas de repúdio à violência policial em todo o território brasileiro, inflamando as lutas estudantis. Segundo Müller, a homenagem mais marcante ocorreu na missa de sétimo dia, celebrada na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, a qual foi repreendida pela Polícia Militar, pelo Corpo de Fuzileiros Navais e pelos agentes do DOPS, que protagonizaram a violência contra as pessoas presentes (MÜLLER, 2018, p.6).

⁴ A “ameaça vermelha” refere-se ao comunismo revolucionário, síntese do ideário marxista-leninista que originou o bolchevismo e, conseqüentemente, o sistema soviético. O anticomunismo surgiu através do medo e da insegurança diante do projeto revolucionário comunista, transformando-se em um movimento político organizado a partir da necessidade das lideranças conservadoras em combater a expansão do comunismo após a revolução de 1917 na Rússia. No Brasil, o anticomunismo ganhou força com o crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a adesão do líder tenentista Luiz Carlos Prestes ao partido, além da formação da Aliança Nacional Libertadora, na década de 1930. Porém, foi por meio do evento da “Intentona Comunista” em 1935 que o anticomunismo se consolidou de fato no país. O golpe de Estado de 1937, orquestrado por Getúlio Vargas, tinha como principal argumento político o combate ao comunismo bem como o golpe civil-militar de 1964, sendo este intensificado pela Guerra Fria (MOTTA, 2000, p. 4-15).

Como aponta a historiadora Maria Ribeiro do Valle, o assassinato de Edson fez com que com a população aderisse às manifestações do Movimento Estudantil, objetivando desmascarar o caráter violento do regime, dando início ao processo revolucionário idealizado pelo M.E. (VALLE, 2017, p. 102). Dentro desse contexto é necessário entender as medidas tomadas pelo Regime Militar no Ensino Superior, que encadearam o desenvolvimento de organizações ligadas a esta modalidade, buscando resistir a tais decisões governamentais.⁵ Como início dessa ofensiva, percebe-se o desmonte da Universidade de Brasília que, no período pré-1964, era a universidade brasileira que possuía o maior número de adeptos dos ideais do nacional desenvolvimento, tanto de caráter reformista quanto de caráter revolucionário, que buscava construir projetos de soberania nacional. Com o golpe civil-militar, esvaziou-se 80% de seu efetivo docente, além de ocorrer a troca de gestão e discussões teóricas de caráter nacional desenvolvimentista (LEHER, 2019, p. 48).⁶

Durante esse processo, destacou-se as perseguições e assassinatos de professores e estudantes,⁷ que buscavam resistir através de greves e passeatas, veementemente combatidas pelo Estado pois apresentavam uma ameaça à sua hegemonia (LEHER, 2019, p. 53-54), sendo

⁵ No período pré-1964, com a Revolução Cubana, as lutas pela libertação colonial na África e na Ásia, somadas ao crescimento e aumento da força política dos movimentos populares, como sindicatos e organizações camponesas, as universidades passaram a ser vista pelos militares e outros setores conservadores, como centro de proselitismo ideológico de esquerda, dado o aumento da participação política dos movimentos estudantis, o projeto inovador da UnB que integrava estudantes de todo o país e o conhecimento público de figuras comunistas nos meios acadêmicos, como Florestan Fernandes e Darci Ribeiro. Com o golpe civil-militar de 1964, ocorreu a Operação Limpeza, isto é, um intenso processo de perseguições a professores e estudantes considerados suspeitos e a proibição de livros considerados subversivos (MOTTA, 2014, p. 16-43).

⁶ Leher aponta que, como parte desse processo, ocorreu a ampliação da pós-graduação, objetivando desprover da graduação a pesquisa e reclassificar a pós-graduação a partir de perspectivas utilitaristas, visando a criação de capital humano e a normatização das universidades, a fim de sustentar o regime com intelectuais comprometidos e esse processo. Cumpre ressaltar o movimento da contrarreforma de 1968, que unia a coerção do AI-5 com outras leis buscando não apenas fazer essa ampliação da pós graduação, mas também uma modernização conservadora que retiraria a autonomia universitária para dar aos editais de pós-graduação, seus programas, os vestibulares e exames, as definições vindas diretas do Estado através do Ministério do Planejamento, que moldava essas ações para atender os interesses das frações da classe burguesa local, aliadas com o núcleo do capitalismo monopolista, que acabou fortalecendo a criação de inúmeras instituições privadas de ensino superior (LEHER, 2019, p. 48-52).

⁷ Os estudantes, líderes do Movimento Estudantil, José Dirceu, Luis Travassos, Vladimir Palmeira, Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, dentre outros, foram presos por soldados da Força Pública e policiais do DOPS no XXX Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo, em 1968. Uma das lideranças, Honestino Guimarães, desapareceu no ano de 1973. No Paraná, ocorreu um caso de perseguição ao estudante Flanklin Paulo Lembrecht, por estar lendo o livro *O pensamento de Mao Tse Tung*. Quanto à Operação Pente Fino, foram perseguidos e presos os estudantes Palmira Amâncio da Silva, Marly Osna, Ana Beatriz Fontes, Tereza Daysy Urban, Kensho Yamada, Gilberto Lutemback Batalha, João Elísio Torres de Andrade, Francisco Timbó de Sousa, Elizabeth Fortes, Adalberto Daros, Sérgio Bianchi, Waldemiro Gremski, Caetano Eduardo Otaviano, Luiz Alberto Manfredini, Newton Coutinho, Clair da Flora Martins, Vitorio Sorotiuk, Isamu Ito, Berto Luiz Curvo, Elevir Dionísio Júnior, Nereu Carlos Massignan, Antenor Camili Pintado, Telmo Antonio Albechi Rossato, Jurandir Rios Garçon, Luiz Celso Nicolau dos Santos, dentre outros. Alguns desses estudantes já haviam sido presos na realização do XXX Congresso da UNE como, por exemplo, Palmira Amâncio da Silva, considerada pela DOPS como uma ameaça à ordem (ZAPARTE, 2011).

justificada a violência policial como resposta à “agressividade” dos estudantes, atitude que deu aval à prisão da maior parte das lideranças estudantis do Movimento Estudantil nacional, conforme ilustrado na realização do XXX Congresso Nacional da UNE, ocorrida em Ibiúna, no Estado de São Paulo. O Movimento Estudantil paranaense havia enviado quarenta e dois estudantes ao XXX Congresso da UNE e organizara um encontro regional que visava discutir sobre as reformas universitárias, na Chácara do Alemão, em Curitiba, o qual foi abortado, acarretando na prisão de quarenta e duas pessoas, tendo sido presos e julgados somente quinze, sob a acusação de serem subversivos, conforme consta nos documentos da Operação Pente Fino, realizada em 1968, objeto de análise da presente pesquisa.

Para a realização da pesquisa, foi utilizado a abordagem analítica da Nova História Militar e da Nova História Política. Quando nos referimos à Nova História Militar, aludimos a uma História que está em oposição a História Militar Tradicional, que privilegiava a guerra, as batalhas, as atividades das forças militares na guerra e na paz e aos feitos dos grandes generais (PEDROSA, 2011, p.2). Com isso, buscamos nos apropriar da Nova História Militar que é multidisciplinar, utiliza novas fontes e que é protagonizada pelos estratos inferiores da sociedade, priorizando a composição social das forças e quadros sociais, o recrutamento, as questões da cultura, ou seja, as relações entre as instituições militares e a sociedade.

Através da abordagem da Nova História Militar, buscamos compreender como as instituições militares no período do Regime Militar reagiram aos setores da sociedade civil, especialmente ao movimento estudantil, bem como quais foram as ideologias que os organizavam e a quais setores da sociedade civil eles buscavam atender aos interesses. Junto a essa abordagem analítica, empregamos a Nova História Política, procurando se diferenciar da tradicional História Política que priorizava os grandes líderes, o Estado como esfera separada da sociedade e as conquistas (REMOND, 2003, p.13-p.15). Com a Nova História Política, analisamos os temperamentos políticos, manifestações de opinião, cultura política, ideias e forças políticas, compreendendo que a dimensão política percorre toda a vida coletiva (REMOND, 2003, p. 27-p.35).

Diante deste quadro teórico operacionalizamos as metodologias da Análise do Discurso para captar as intenções ou tentativas de ocultamento de projetos ou discordâncias dos grupos sociais no envolvimento da Operação Pente Fino, tal como as categorias de Intelectual Orgânico e de Hegemonia de Antônio Gramsci para compreender as relações entre os intelectuais e as classes com quem se alinharam, bem como as disputas nas tentativas de estabelecer um consenso de domínio para as classes que estão submetidos.

Como fonte para essa pesquisa utilizamos o Dossiê individual de Stênio Sales Jacob, produzido em 1968 e que se encontra disponível no site do Arquivo Nacional e o artigo *A Ditadura Militar e o Movimento Estudantil Paranaense* de Vitorio Sorotiuk, estudante mencionado na Operação, escrito em 2012 e que, também, se encontra no site do Arquivo Nacional, juntamente com o Dossiê.

Paraná ordeiro ou Paraná subversivo?

Diante desse cenário, é possível compreender o Paraná como uma região em constante reconstrução de espaços de poder, tendo em vista que as regiões são acontecimentos históricos passíveis de afrontamentos, já que estão ligadas à manutenção da hegemonia (JÚNIOR, 2008). Para corroborar essa afirmação, Zaparte aponta que

Os estudantes lutaram pela derrubada do ensino pago, realizaram seminário sobre a política educacional, participaram do Congresso da UNE e os líderes da UPE também foram presos, se manifestaram contra a violência pessoal desencadeada no país, enfrentaram a polícia nas ruas e passaram a atuar na clandestinidade com a definitiva extinção da UPE e dissolução do seu patrimônio (ZAPARTE, 2011, p. 109).

Além disso, mesmo após o endurecimento do Regime, com o aumento da repressão e da intensa perseguição no Estado do Paraná, os estudantes deram continuidade à luta, mesmo atuando na clandestinidade (ZAPARTE, 2011, p. 166), demonstrando que a população não era ordeira e conservadora como o Estado pregava – e ainda prega –, lutando contra a hegemonia, cujo principal pilar era o da harmonia social. Logo, o Estado interpretava as ações contestadoras das práticas do regime como uma atitude subversiva, sendo passível de punição, justificada pela violência da polícia, como demonstra o documento da Operação Pente Fino, que está relacionado ao aumento da repressão policial às manifestações estudantis, sejam elas institucionalizadas ou não, assegurando “legalmente” a disciplina dos grupos através do aparelho de coerção estatal (COUTINHO, 2007, p. 130).

O documento inicia apresentando uma relação de nomes de estudantes presentes em movimentos de contestação e os órgãos responsáveis pela detenção dos mesmos. A pesquisadora Andreia Zaparte chama a atenção para o termo “elementos” utilizado para se referir aos estudantes, denotando uma desqualificação das pessoas suspeitas, tratando-as como marginais ou delinquentes justificando, assim, as perseguições (ZAPARTE, 2011, p. 140).

Ao analisar o depoimento dos acusados notam-se circunstâncias em comum que facilitam a compreensão dos acontecimentos do fatídico almoço na Chácara do Alemão em

Curitiba. Percebe-se que os estudantes, em sua maioria, não sabiam a origem do convite para a churrascada, apenas tomaram conhecimento do evento e da reunião que ocorreria no mesmo local para debater sobre a Reforma Universitária. No que se refere à chegada das tropas militares, os depoimentos dividem-se diante da acusação de que foi estourado um foguete para avisar aos estudantes sobre a presença dos policiais: alguns afirmaram não terem ouvido barulho algum enquanto outros não sabiam distinguir se fora um rojão ou tiros de fuzis e, há ainda, os que ouviram ordens para os policiais atirarem, conforme consta no documento “[...] o declarante ouviu, durante a diligência, alguém dizer: ‘atire para matar’, não se estando certo se tais palavras foram proferidas por um dos policiais ou por qualquer estudante que se encontrava no local” (DEAP/DOPS, 1968, p. 20).

Outro fator importante diz respeito à quantidade de estudantes que compareceram ao XXX Congresso da UNE em Ibiúna, no Estado de São Paulo, sendo a maioria dos presentes na churrascada, os quais foram presos pela Polícia Militar de São Paulo no Congresso. Quanto as evidências apresentadas pela polícia, poucos estudantes reconheceram os documentos, afirmando terem visto superficialmente jornais do Estado de São Paulo e o que supunham ser panfletos sobre a Reforma Universitária que seria debatida no almoço, desconhecendo a maioria das evidências que lhes foram apresentadas.

No que tange ao interrogatório, é perceptível a presença da luta política entre os estudantes buscando mudar a hegemonia vigente. Conforme o documento da Operação Pente Fina

[...] o declarante e os demais companheiros que foram presos, não foram maltratados pelas autoridades que efetuaram sua prisão, com exceção do fato de terem sido conduzidos em uma viatura só; que o declarante ouviu durante a diligência, alguém dizer: “atire para matar”, não estando certo se tais palavras foram proferidas por um dos policiais presentes ou por qualquer estudante que se encontrava presente no local (DEAP/DOPS, 1968, p. 20).

Essa representação criada por parte dos militares retrata explicitamente a construção da imagem de como o Regime Militar tratou os cidadãos, inclusive seus adversários políticos. Os militares, como líderes do governo, se apropriaram dessa função para representar em si mesmos a nação, denotando uma construção de região, aqui entendida como um lugar de conflitos e relações de poder, tendo em vista sua atuação como intelectual orgânico da sociedade civil, originado da ligação para com a classe social dominante, mediando sua homogeneidade e fortalecendo seu poder (COUTINHO, 2007, p. 175).

Com isso, observa-se a violência contra os estudantes por parte do Estado, objetivando legitimar o poder através da hegemonia e do aparato de coerção estatal que, segundo Gramsci, “assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo” (GRAMSCI, 1968, p. 11). Diante disso, o que se percebe é que o domínio dos militares enquanto intelectuais se constituem como sujeitos que articulam a sociedade civil com a sociedade política, para então formar um governo que legitima os interesses dos setores das classes dominantes, as quais buscavam construir a reforma conservadora do ensino. A partir dessa condição *sine qua non* de dominação burguesa no regime político brasileiro, as características repressivas do Estado se explicitaram ainda mais fazendo com que sujeitos como Edson Luís e tantos outros jovens fossem mortos e desaparecidos durante a ditadura militar. Aliado a isso, se evidencia que nem um processo de dominação de classe pode existir apenas a partir do consenso e do simbolismo, especialmente na América Latina, sendo que a violência e assassinato fazem parte constante da história de um país de origem escravocrata e que sempre teve militares intervindo na política até os dias atuais.

Nos depoimentos, os estudantes afirmam não terem sofrido violência física, mas condenam a forma como foram conduzidos à delegacia, amontoados em um furgão com pouca ventilação, e as ameaças violentas que receberam. É nítida a tentativa de desvio de atenção para o leitor se focar em uma suposta ameaça de morte realizada de um estudante contra outro. O discurso demonstra a intencionalidade de representar a ação dos policiais como uma prática normal a partir do momento em que se coloca em xeque a ameaça de morte como possivelmente feita por parte dos estudantes, operando na construção de um pensamento orgânico das classes (DURIGUETTO, 2014, p. 276).

Cumprе ressaltar que o uso da não violência na abordagem policial é uma estratégia, tendo em vista que o Estado busca colocar as autoridades como justiceiros regionais que estão combatendo os inimigos da ordem e da harmonia social, evidenciando uma disputa de poderes em que duas forças buscam moldar a região a fim de legitimar sua posição de classe. Uma das formas de poder está na materialidade da ação em si, quando as personagens históricas, isto é, os estudantes, enfrentam a hegemonia e acabam por serem descobertos e condenados. A segunda forma está nas relações simbólicas que o documento evidencia na clara tentativa de construir uma memória de acontecimentos em que os militares são retratados como

defensores da ordem social e política mediando, assim, a hegemonia de classe pela coerção (DURIGUETTO, 2014, p. 292).

Logo, percebe-se que tanto o simbolismo quanto a prática, estão conectados a partir de um terceiro elemento na construção da região: os conflitos. É importante destacar que toda forma de conflito molda a sociedade e a região de inúmeras maneiras, construindo a região nas relações materiais, tais como o espaço físico, relações de produção e política e, também, na parte simbólica, como a memória e a disputa de narrativa, que visa buscar a legitimidade dos vencedores desse conflito compondo, assim, o bloco histórico, isto é, a estrutura geral na qual se inserem a estrutura econômica e as superestruturas ideológicas (GRAMSCI, 1991, p. 4).

Para construir essa narrativa, pode-se interpretar que os militares buscavam apresentar o movimento como revolucionário, sobretudo através do pretexto de que as práticas de guerrilha, presentes na conjuntura internacional e, também, no Brasil, eram uma ameaça ao desenvolvimento nacional, devido ao seu vínculo com as teorias marxistas (VALLE, 2017, p. 110).

Diante desse contexto, nota-se que, no documento, os militares acreditavam que os estudantes interrogados fugiam da responsabilidade da organização da reunião, afirmando que o encontro era clandestino, tendo em vista o sigilo e a presença de sentinelas para avisar a aproximação das tropas, demonstrando uma estratégia dos estudantes diante da perseguição do Estado. Além disso, o documento descreve as evidências apreendidas, informando que não se tratavam da Reforma Universitária, mas sim das atividades da UNE, instituição ilegalizada desde 1964, agregada ao movimento político nacional (DEAP/DOPS, 1968, folha 6, p. 49). Como argumento, o inquérito afirma que

Pela leitura atenta e reiterada dos textos dos 10 documentos apresentados a exame, chegaram os peritos à convicção de que tais documentos exteriorizam, com evidências, idéias [sic], dos sequazes das doutrinas marxistas, leninistas ou stalinistas. Os conceitos esposados pelo materialismo dialético, as expressões usadas pelos sectários dessas doutrinas, os seus conhecidos slogans, o objetivo de expor à desmoralização a autoridade constituída nos estados democráticos, a reiterada técnica de criar e estimular o ódio entre as classes sociais, sob o pretexto de defender o País contra o colonialismo e o imperialismo, tudo isso está claramente expresso e afirmado nos papéis em exame (DEAP/DOPS, 1968, folha 7, p. 50).

Evidenciando a insurgência estudantil a partir de um viés revolucionário contido nos panfletos presentes na reunião, percebe-se a estratégia dos militares em reconhecer conceitos

fundamentais à doutrina marxista, como “colonialismo” e “imperialismo”, figurando um caráter subversivo dos estudantes, levando a entender que buscavam romper com a ordem vigente, promovendo manifestos e práticas e que, portanto, deveriam ser perseguidos e reprimidos (ZAPARTE, 2011, p. 68), conforme apresentado no documento, no qual os elementos são enunciados como sujeitos que buscavam incitar uma rebelião popular através de ações violentas, visando modificar a estrutura político-social, valendo-se de “um plano de agitação em todo o território nacional” (DEAP/DOPS, 1968, folha 7, p. 50).

Logo, entende-se que ocorre um embate ideológico, no qual os militares buscavam deturpar a imagem dos estudantes ao mesmo tempo em que estes contra argumentavam, denunciando as práticas do regime de subserviência aos Estados Unidos e à repressão

[...] encerram ofensas ao govêrno constituído e às classes armadas. A injúria e a difamação inçam os papéis examinados. O Govêrno é capitulado [...] como “ditadura dos monopólios capitalistas”; como “govêrno integrado na política do imperialismo norte-americano”; e como “govêrno que garante a exploração latifundiária do campo”. O documento nº 3 tacha as classes armadas como “vendilhões e traidores”; como “camarilha militarista que assaltou o poder da República”; como instrumentos do “regime ditatorial-militar”, ao qual se deve mover guerra sem quartel [sic] (DEAP/DOPS, 1968, folha 8, p. 51).

Denotando um conflito de ideologias, abordadas como representações sociais criadas pela humanidade que podem ser utilizadas para tomar consciência e se emancipar nos conflitos sociais (MARX, 2008, p. 48), sendo historicamente necessárias por conta de sua validade psicológica, tendo em vista que as ideologias “organizam as massas humanas, formam terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição” (GRAMSCI, 1991, p. 62), ligadas diretamente às ações que influenciam no comportamento dos homens (COUTINHO, 2007, p. 112).

Ocorre, então, uma denúncia por parte dos interrogados sobre o caráter político-ideológico militar, estando, de um lado, os militares representados de forma vulgarizada e, de outro, os militares claramente incomodados com a forma como foram tratados, enquadrando-se no que Gramsci define como ideologia orgânica, ou seja, expressões ligadas à correntes históricas como o anticomunismo, defendido pelos militares, ao julgar os estudantes como subversivos revolucionários que deveriam, a todo custo, serem combatidos em prol da defesa nacional, difundindo então a sua hegemonia a fim de tornarem-se classes nacionais, influenciando nas ações das grandes massas (COUTINHO, 2007, p. 114), conforme o documento

Do referido, vemos que os denunciados agiram no sentido de fazer funcionar de fato os ilegais Partido Comunista Brasileiro e União Nacional dos Estudantes, distribuíram boletins e panfletos que constituem atentado à segurança interna, integrada na segurança nacional e praticaram atos destinados a provocar a guerra revolucionária e subversiva (DEAP/DOPS, 1968, folha 9, p. 52).

Diante desse cenário, na história da região paranaense, nota-se a tentativa de legitimar as práticas do Regime através do apelo à segurança nacional, demonizando as lutas sociais, intitulado-as como revolucionárias e subversivas e, por conseguinte, demonstrando que o Paraná, enquanto espaço de poder, também é insurgente.

Considerações finais

O Movimento Estudantil paranaense, como demonstra Zaparte, lutou pela democratização do ensino, denunciou a exploração econômica e a repressão violenta do Regime Militar (ZAPARTE, 2011, p. 115), conforme consta no documento da Operação Pente Fina, sendo nele tratado como um movimento revolucionário e subversivo.

As perseguições e a resistência se deram no início do Regime, no contexto do pós-golpe, o qual foi apoiado pelo então governador Ney Braga, que se encontrava amparado pelas Forças Armadas do Estado paranaense. Segundo Zaparte, no momento do golpe, os comandantes militares paranaenses que apoiavam o governo Goulart ou manifestavam-se contrários ao golpe foram presos, acusados de subversivos, evidenciando o início da repressão (ZAPARTE, 2001, p. 119). Com o objetivo de combater a insurgência e manter a hegemonia, normalizou-se a realização de operações policiais no estado, algumas delas organizadas pela DOPS e pelo DÓI-CODI como, por exemplo, a Operação Marumbi, cujo objetivo era prender os membros do Partido Comunista Brasileiro visando acabar com o “perigo vermelho” no território paranaense (ZAPARTE, 2011, p. 120).

Porém, as críticas ao governo militar e as práticas políticas “subversivas” se intensificaram no ano de 1968, juntamente com a repressão e a perseguição aos contestadores, sendo em sua maior parte estudantes, conforme demonstra o documento da Operação Pente Fino, a qual buscava a prisão de lideranças dos movimentos estudantis do Paraná, visto que militantes como, por exemplo, Vitorio Sorotiuk, estavam combatendo o funcionamento do regime através da tentativa de construção de uma nova hegemonia que impedisse o desenvolvimento da reforma conservadora no ensino superior, sendo então uma operação repressiva cujo principal foco eram os estudantes das áreas de humanas – perseguidos até os dias atuais –, por serem mais suscetíveis às lutas sociais e que, portanto, precisavam ser

combatidos através de uma organização estratégica, movida por organizações policiais a mando do Estado (ZAPARTE, 2011, p. 139-145).

Por fim, a análise do documento trouxe à tona as evidentes estratégias por parte dos representantes do Regime Militar em construir uma narrativa que legitimasse suas práticas de domínio da região, reforçando sua hegemonia, através da coerção e do domínio simbólico ao realizarem apelos em defesa da pátria, desqualificando os estudantes e os tratando como subversivos, “inimigos” da pátria, “ameaças” vermelhas, adjetivos ainda comuns nos discursos de hoje.

Fontes

DEAP/DOPS. Dossiê individual. Stênio Sales Jacob. 1968

SOROTIUK, Vitorio. **A Ditadura Militar e o Movimento Estudantil Paranaense**. 2012.

Referências bibliográficas

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004

COUTINHO, Carlos N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

DIAS, Reginaldo B. A gratuidade do ensino nas universidades estaduais do Paraná: uma conquista da luta social. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes et. al. **Paraná insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, p. 307-320

DURIGUETTO, Maria L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade.**, São Paulo: Cortez Editora, n. 118, abr/jun, p. 265-293, 2014

FICO, Carlos. **O regime militar no Brasil: 1964-1985**. São Paulo: Editora Saraiva, 2004

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

JUNIOR, Durval M. A. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados – MS: UFGD, v. 10, n. 17, jan./jun., p. 55-67, 2008

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano: 1926-1937**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017

MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2000

_____. **As universidades e o Regime Militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. São Paulo: Zahar, 2014

MÜLLER, Luana Chinazzo. **Excedente de significação em torno da morte de Edson Luís:** o sentido atribuído por *O Globo* ontem e hoje. In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM, 2018, Joinville. São Paulo: Intercom, 2018, p. 1-15. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0441-1.pdf>. Acesso em: 15/06/2020

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** história do regime militar brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. **A História Militar Tradicional e a Nova História Militar.** In: Simpósio Nacional de História, São Paulo. Anais do XVI Simpósio Nacional de História – ANPUH 50 anos: ANPUH, 2011, Editora ANPUH – SP, p. 1-16

REMOND, René. Uma história presente. In: _____ (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36

SADER, Emir (org.). **Gramsci:** poder, política e partido. São Paulo: Expressão Popular, 2012

SPESSOTO, Márcia. LIMA, Simone. Gramsci: conceitos básicos. **Perspectivas em Diálogo,** Naviraí: UFMS, v. 3, n. 6, p. 104-120, jul/dez 2016

VALLE, Maria R. A arquitetura do AI-5: os militares, o movimento estudantil e a imprensa. **REU,** Sorocaba, São Paulo, v. 43, n. 1, jul./dez., p. 99-111, 2017

ZAPARTE, Andreia. **A DOPS e a repressão ao Movimento Estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969).** Dissertação de Mestrado, UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011